

BRASÍLIA-DF - 26/04/2017

## DIGA NÃO ÀS REFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA!



CONCENTRAÇÃO: ESTÁDIO MANÉ GARRINCHA, A PARTIR DAS 11 HORAS



### “OCUPAR BRASÍLIA”, DIAS 17 E 24, CONTRA AS REFORMAS DO GOVERNO TEMER, DECIDE MOVIMENTO SINDICAL

*Depois da vitoriosa greve geral do dia 28 de abril, o movimento sindical, por meio das centrais sindicais, desdobra a mobilização, e decide ocupar Brasília nos dias 17 e 24 de maio. E o momento é bastante oportuno.*

A mobilização contra as reformas da Previdência (PEC 287/16) e trabalhista (PLC 38/17) tem surtido efeitos positivos. A primeira está parada na Câmara depois de ter sido aprovada na comissão especial na última terça-feira (9). **Leia mais**  
O governo não reúne os 308 votos mínimos para aprova-la, em primeiro turno, no plenário da Câmara. Planeja coloca-la em pauta em junho, quando estima ter entre 320 e 330 votos para aprova-la. Sabe-se lá o que vai fazer para reunir esses votos.

A reforma trabalhista está em discussão no Senado e segue ritmo de debates mais equilibrado que na Câmara. Não que não tenha havido debates na Casa inicial, mas esses não surtiram nenhum efeito, pois o relator lá, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), desconsiderou todas as considerações, sugestões, propostas e alertas dos que divergiam da proposta e do seu conteúdo. A prova disso é que a proposta do governo, que já era ruim, ficou pior.

**Calendário de mobilização**  
Diante desse cenário, as centrais sindicais decidiram intensificar ações de pressão no Congresso Nacional nesta semana, **de 15 a 19 de maio, com mobilização em Brasília prevista para quarta-feira (17)**. E para o dia 24 está confirmada a “Marcha e ‘Ocupação’ de Brasília”.

Nesta quarta (17) vai haver um mutirão de visitas aos gabinetes dos senadores e a intensificação do trabalho de pressão que tem sido feito pelos representantes da classe trabalhadora no Congresso Nacional.

(Fonte: Diap)

### FERRAÇO DIZ QUE AINDA É CEDO PARA DECIDIR SE PROPORÁ MUDANÇAS NA REFORMA TRABALHISTA

Ao comentar a primeira rodada de discussões da reforma trabalhista que ocorreu no Senado, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator do PLC 38/2017 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), afirmou que está ouvindo com atenção os sindicalistas para apresentar o relatório até o final do mês. Em entrevista ao programa *Senado em Revista*, ele disse que ainda é cedo para confirmar ou descartar mudanças no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Ele assegurou que a proposta não prejudicará os trabalhadores.

(Fonte: Senado Notícias)

### REFORMA TRABALHISTA SERÁ DEBATIDA EM SESSÃO TEMÁTICA NESTA TERÇA-FEIRA



O Senado realiza, nesta terça-feira (16), às 11h, no Plenário, a segunda sessão temática sobre a reforma trabalhista. Seus convidados vão debater o projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) encaminhado pelo governo (PLC 38/2017) ao Congresso Nacional com os senadores.

Foram chamados para o debate o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira; o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas de Moraes; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Antônio Neto; o presidente do Instituto do Desenvolvimento do Varejo, Antônio Carlos Pipponzi; e a advogada e Especialista em Direito Econômico, Celita Oliveira Sousa.

Esta sessão será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania ([www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)) e do Alô Senado (0800-612211).

O PLC 38/2017 está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator é o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O projeto passará também pelas comissões de Constituição e Justiça e a de Assuntos Sociais. Na CCJ, o relator é o senador

Romero Jucá (PMDB-RR). Na CAS, ainda não houve designação de relator.

Na primeira sessão temática da Reforma Trabalhista, na última quinta-feira (11), o debate foi intenso. Os convidados favoráveis, afirmaram que a reforma tem o mérito de reconhecer e enfrentar a forma “ultrapassada” da Consolidação das Leis do Trabalho e de promover “mais segurança jurídica” ao fortalecer as negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores.

Por sua vez, os participantes contrários à proposta disseram que ela contém “equivocos impressionantes” que enfraquecem a posição dos trabalhadores frente aos patrões. Para eles, a reforma representa um “atalho” para, gradualmente, reduzir as garantias e proteções que a legislação atual dá aos trabalhadores.

*Fonte: (Agência Senado)*

## REFORMA TRABALHISTA SERÁ DEBATIDA POR DUAS COMISSÕES E PELO PLENÁRIO



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promovem na quarta-feira (17) uma segunda audiência pública conjunta para debater a proposta de reforma trabalhista (PLC 38/2017), enviada pelo Executivo ao Congresso. O debate tem início às 14h na sala 19 da ala Alexandre Costa.

Já aprovado pela Câmara, o projeto passará pela análise das duas comissões e também da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator do PLC 38/2017 na CAE é o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Na CCJ o relator é o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Na CAS ainda não há um relator designado.

Na última quarta (10), a CAS e a CAE ouviram o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, que se mostrou favorável à reforma, ainda que com ajustes, e o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, que se disse contrário ao texto por fragilizar a posição dos trabalhadores.

Foram convidados para a próxima quarta-feira o professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), José Márcio Camargo; o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo; e o professor da Fundação Dom Cabral, Paulo Paiva.

## Plenário

Na terça (16), em sessão temática interativa a ser realizada no Plenário, com início às 11h. Para a audiência pública foram convidados o ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira de Oliveira; o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas de Moraes; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Antônio Neto; o presidente do Instituto do Desenvolvimento do Varejo, Antônio Carlos Pippozzi e a advogada e Especialista em Direito Econômico, Celita Oliveira Sousa.

*(Fonte: Agência Senado)*

## PGT CONTESTA REFORMA TRABALHISTA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA



*Ronaldo Fleury afirmou que projeto de lei que tramita no Senado subverte a lógica do Direito do Trabalho e não gera mais empregos*

O procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, contestou diversos pontos da proposta de reforma trabalhista que tramita no Senado (PLC 38/2017) nesta quarta-feira (10) durante audiência conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal.

Durante o debate, Fleury divulgou estudos que rebatem o argumento de que a flexibilização das leis trabalhistas gera mais empregos. Segundo o procurador-geral, uma pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2009 apontou que em países onde há mais flexibilização trabalhista, como os Estados Unidos e a Irlanda, o índice de desemprego foi maior do que em países que oferecem mais proteção ao empregado como a Alemanha, a Itália e a França. “Em tempos de crise é



que o trabalhador precisa de mais proteção”, argumentou o PGT.

O procurador-geral contestou ainda a justificativa de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) precisa ser menos rígida ao citar uma série de previsões na legislação e na Constituição. “Nosso Direito do Trabalho já prevê contrato por tempo parcial, o contrato temporário e a própria terceirização. Então já há uma flexibilidade no Direito do Trabalho brasileiro. Há ainda previsão constitucional para a flexibilização do salário em tempos de crise por meio de negociação coletiva justamente para que as empresas pudessem se manter”, explicou.

Sobre a terceirização sem limites, o representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) afirmou que mais de 80% dos acidentes fatais no trabalho ocorrem com terceirizados e que a rotatividade desses trabalhadores chega a ser cinco vezes maior do que os trabalhadores contratados diretamente. “É um jogo de empurra. A terceirizada empurra para contratante. Já a tomadora diz que o empregado não é dela. Esses empregados sofrem piores condições de saúde e segurança, salários cerca de 25% menores, jornadas maiores, se tornam descartáveis”.

Além da terceirização da atividade-fim, a proposta cria, segundo Fleury, a figura do autônomo exclusivo ao permitir a pejotização, na qual microempreendedores individuais (MEIs) podem ser contratados para prestar serviços para uma única empresa, resultando na perda de toda a proteção trabalhista, no incentivo às fraudes trabalhistas e na exclusão de benefícios previdenciários. “Isso vai contra toda a lógica jurídica do Direito do Trabalho, pois os trabalhadores perdem todos os direitos quando se torna autônomo ao se tornarem uma empresa, um prestador de serviços”.

Ao falar sobre contrato intermitente, o PGT avaliou que a proposta causa insegurança aos trabalhadores, pois eles deverão ficar à disposição do empregador sem saber quando serão chamados para trabalhar. Além disso, eles podem ser multados caso não possam trabalhar no dia determinado pela empresa.

O procurador-geral criticou ainda a proposta que determina a prevalência de acordos coletivos em relação ao que prevê a CLT, o chamado “negociado sobre legislado”, pois viola a Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da qual o Brasil é signatário. A audiência foi presidida pela senadora da Marta Suplicy (PMDB-SP) e teve a ainda a participação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho e do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

(Fonte: MPT)

